



Foca na Pauta

Alunos da Unisantos falam sobre falta de saneamento básico em Santos

Quase 12 mil famílias vivem em moradias irregulares, sem fornecimento de água e esgoto.

HÁ 2 DIAS • EM EDUCAÇÃO

Falta de saneamento básico expõe a 'Santos dos esquecidos'

Quase 12 mil famílias vivem em moradias irregulares, sem fornecimento de água e esgoto.



Por Liliane Souza*

16/06/2018 12h13 - Atualizado 16/06/2018 12h13



Palafitas no São Manoel: ocupação irregular da área de mangue é problema sem perspectiva de solução (Foto: Liliane Souza)

A cidade de Santos, no litoral de São Paulo, está no topo da lista de cidades que ostentam os maiores índices em quesitos como fornecimento de água tratada, coleta e tratamento de esgoto. O município está em 12º lugar no ranking do Instituto Trata Brasil com os índices de saneamento das cem maiores cidades brasileiras. O que esses números não mostram é que a universalização dos serviços exclui quase 12 mil famílias que residem em as áreas de moradias irregulares.



Esses imóveis dependem de regularização fundiária e urbanística, de acordo com o Plano Municipal de Habitação de Santos. Segundo a Prefeitura, há 3.818 unidades em processo de regularização. Até o momento, foram regularizadas 714 unidades habitacionais.

A dona de casa Maria do Livramento, de 61 anos, mora no Jardim São Manoel desde as primeiras invasões na área de manguezal, há 27 anos. Ela conta que, para não se deslocarem até a lixeira, que fica a alguns metros das palafitas, muitos moradores fazem o descarte diretamente no mar. “O povo joga tudo dentro do canal. A vala virou depósito de lixo”.

Maria do Livramento está entre os moradores que contam com ligações legalizadas. “Eu pago quase R\$ 170 de água e luz”. Mas isso é uma exceção, já que na maioria das residências a ligação de água é clandestina, feita por meio de mangueiras e canos que passam pelas laterais das casas. Esse sistema de captação irregular foi construído pelos próprios moradores para driblar a ausência do serviço de fornecimento de água. “Quem fez esses caminhos foi a gente que veio morar aqui. Porque antes era tudo mato”.



■ Ligações clandestinas de água e esgoto representam uma ameaça à saúde pública nas áreas invadidas (Foto: Liliane Souza)

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



A dona de casa, que sempre morou em palafitas, está prestes a ver o sonho de ter uma casa digna se tornar realidade. Ela está concluindo a parte burocrática de um contrato e a previsão é de que seja contemplada com um dos apartamentos do conjunto habitacional Santos “O”, que fica a 10 minutos, a pé, da área de palafitas. Será a primeira vez que Maria do Livramento vai morar em uma casa com chão de concreto, sem ter que se preocupar se o telhado será levado pela ventania, por ser improvisado.

Está prevista a entrega de 205 moradias, construídas pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). Enquanto a realocação não acontece, as famílias vão vivendo num ambiente onde, no lugar de animais marinhos, há pneus, garrafas pet, roupas, sapatos, guarda-chuvas, portões, janelas, aparelhos de som, cadeiras e até sofás. É como se tivesse uma casa mobiliada – ou mais que uma – dentro da água, ao sabor da maré.

Apesar da construção de moradias, a situação parece não ter fim. Segundo o presidente da Sociedade de Melhoramentos do São Manoel, Edmilson de Almeida Duarte, o Didi, por mais que a Prefeitura realoque moradores e destrua os barracos, como não há fiscalização efetiva, a tendência é que as áreas passem a ser novamente ocupadas.

Para mostrar a situação de quem mora nesses locais, Didi criou a página Vida Sobre Vigas, no Facebook. Toda semana, ele publica fotos e vídeos que retratam a precariedade na área de palafitas do São Manoel.



Impacto ambiental do lixo acumulado nas águas é um problema que se agrava há décadas (Foto: Liliane Souza)

Quem só conhece a orla e bairros nobres de Santos não imagina que há locais na Cidade onde os moradores vivem a insegurança de não saber se a casa, construída sobre estacas de madeira, irá resistir a uma forte tempestade. Ou se os filhos chegarão a salvo depois de uma maratona de ziguezagues para desviar de obstáculos em forma de lixo, tábuas de madeira com pregos expostos e buracos pelo caminho.

O risco de pisar em falso e cair na maré é grande, principalmente para as crianças, que passam correndo pelos caminhos estreitos de madeira, e os idosos. O perigo aumenta ainda mais em dias de chuva, quando o piso fica escorregadio.

No São Manoel, os moradores que vivem nas palafitas dividem espaço com montanhas de lixo e insetos, que se espalham pelos caminhos de madeira. Os dejetos que saem dos vasos sanitários vão direto para a maré, fazendo com que fezes e urina passem o tempo todo debaixo das casas.

Essa também é a situação de quem mora no Dique da Vila Gilda. Apesar de fazer parte das Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) da Prefeitura, ainda não há data para começar o saneamento da área. A construção irregular das moradias e a falta de ações para conter invasões resumem o imbróglio em torno da situação do dique, onde as primeiras ocupações ocorreram na década de 60.

O servidor público Marcelo Evangelista de Souza vive na Vila Gilda há 22 anos. Ele destaca que as principais dificuldades no bairro se devem à falta de estrutura e segurança, além do risco de incêndio. “Todas as casas da frente têm ligação de esgoto e de água legalizada. Nas demais, o esgoto fica a céu aberto, e muitas ligações de água e luz são clandestinas”.



Maria do Livramento vive a expectativa de, pela primeira vez, morar numa casa com chão de concreto (Foto: Liliane Souza)

Questão de saúde pública

Mais do que um problema ambiental que envolve a política habitacional, trata-se de uma questão de saúde pública. Para Gilberto Berzin, engenheiro civil especializado em saneamento básico, o contato direto com o esgoto acaba gerando a proliferação de doenças decorrentes, principalmente, da água contaminada. Cólera, diarreia e leptospirose são algumas delas.

O professor explica que o efeito da maré faz com que a água suba e vaze pelo menos duas vezes por dia. Dependendo das condições, essa água, repleta de lixo, pode invadir moradias. Além disso, os resíduos acabam indo para outras áreas, ampliando o alcance do problema. Para ele, a melhor alternativa é a reurbanização da área. Berzin acredita que tentar recuperar o mangue resolveria pouco. A saída seria realocar todos os moradores e ainda garantir que não houvesse novas invasões. “É um projeto grande, tem que se investir dinheiro para sanear”.

Entre a Prefeitura e a Sabesp, o que se vê na prática é um jogo de empurra, quando se fala em metas para a universalização do saneamento básico em toda a Cidade. O Município diz que a resposta cabe à Sabesp, que por sua vez alega que não pode atuar em áreas irregulares.

O consultor financeiro Rodolfo Amaral afirma que a Sabesp investe menos do que deveria, ao mesmo tempo que falta uma cobrança efetiva da Prefeitura. “A Sabesp age como bem entende, e até com um grau de independência, porque o Governo do Estado sempre foi complacente com essa situação”.

Para ele, trata-se de um negócio, ou seja, o foco da empresa estadual estaria na atuação em áreas onde há mais consumidores, como no caso da Capital paulista, onde a proporção do investimento é maior do que na região. Segundo levantamento feito por Amaral, Santos é a cidade paulista que mais dá retorno financeiro à Sabesp, à frente da própria

Capital.

De acordo com Amaral, a falta de investimento se espalha também pelas outras cidades da Baixada. “As prefeituras tinham que ter a maturidade de amarrar, no contrato, condições efetivas de cobranças desse investimento”.

**Sob supervisão de Alexandre Lopes, do G1 Santos*

